

## APRESENTAÇÃO

Muito nos apraz a possibilidade de trazer a nova edição da Revista Direito e Sexualidade, reflexo manifesto de que a universidade pública continua exercendo o seu mister e segue contribuindo com a produção científica de qualidade, sempre com o objetivo de viabilizar que os mais diversos pesquisadores possam expor seus trabalhos e com isso impactar o desenvolvimento da ciência jurídica como um todo, sempre atendendo ao objetivo precípua dessa revista que é o de extrapolar os limites herméticos da academia e impactar na sociedade como um todo.

Em que pese a ainda reduzida produção científica no campo do direito e sexualidade é visível que espaços que propiciam a exposição dos estudos nessa área começam a ter sua relevância reconhecida, reiterando que a presente revista é fruto do Grupo de Pesquisa “Direito e Sexualidade”, certificado pelo CNPq e liderado por Leandro Reinaldo da Cunha, Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Nessa edição da Revista Direito e Sexualidade (RevDirSex) – v.2, n. 2 – trazemos o Editorial, da lavra do Professor Leandro Reinaldo da Cunha, intitulado “Linguagem neutra: ofensa à língua portuguesa ou preconceito velado?” com ponderações acerca do embate social que se tem visto acerca da utilização de palavras que não se sujeitariam a inflexões do masculino ou feminino.

Entre os artigos o presente volume apresenta o artigo DEBATES DE GÊNERO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: DISCUSSÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DO EDITAL E O LIMITE DE VAGAS PARA MULHERES, de Leônidas Vinício Borges dos Santos e Juliana Luiza Mazaro; MULHERES, UMA EXPERIÊNCIA DE DORES E RETROCESSOS PANDÊMICOS: A DIFUSÃO DO CUIDADO E DA SOLIDÃO, de Ana Caroline Oliveira da Silva; O DIREITO À DIGNIDADE HUMANA SOB A PERSPECTIVA DA TRANSGENERIDADE INFANTIL EM CONTEXTO ESCOLAR, de Andre Antonio Martins Brasil; MULHERES NEGRAS, NORMAS JURÍDICAS E MEDIDAS DE COMBATE AO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL, de Amanda Moura da Costa e Fernanda Conceição Assunção; EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO RELATÓRIO DA CEI DAS MATERNIDADES DE PONTA GROSSA-PR (2016), de



Ana Maria Bourguignon, Rosiléa Clara Werner e Felipe Simão Pontes; UM NOME PARA CHAMAR DE MEU, de Clarice Rocha Moreira Oliveira e Alexandra Gomes dos Santos Matos; DITADURA MILITAR NO BRASIL: A LINGUAGEM DE DIREITOS HUMANOS E O PROTAGONISMO MARGINAL DAS MULHERES, de Lorena de Oliveira; INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ: A CRIMINALIZAÇÃO QUE NÃO PROTEGE A VIDA DOS FETOS, de João Vitor Paiva Mesquita; POR UMA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NACIONAL DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE HIGIENE MENSTRUAL, de Ivan Dias da Motta, Maria de Lourdes Araújo e Marcos Alves Da Silva, e; DO DEVER DE ESPECIAL PROTEÇÃO DOS DADOS DE TRANSGÊNEROS, de Leandro Reinaldo da Cunha.

São temas distintos mas que revelam a amplitude e complexidade que envolve a discussão do direito sob a perspectiva da sexualidade, sendo imperioso que esse conhecimento produzido alcance aqueles que buscam uma base para continuarem a desenvolver pesquisas nessa área.

Mais uma vez, cabe reiterar o convite à discussão e à construção de um direito mais inclusivo e que reconheça acesso a todos. Boa leitura.

**Leandro Reinaldo da Cunha**

Editor Científico da Revista Direito e Sexualidade  
(RevDirSex)